

Teses Sobre Democracia, Eleições, Voto e Voto Nulo

Lucas Maia*

1

O estado é uma instituição que assegura certa estabilidade das relações de classe. Toda e qualquer sociedade de classes conta com esta instituição. A cada modo de produção, configura-se uma forma estatal determinada. O estado não é uma instituição que paira independentemente das relações econômicas que o geram. Há, deste modo, uma relação unívoca entre a instituição estatal e modo de produção. Melhor dizendo, entre estado e modo de produção há uma unidade inextrincável. Isto não implica, contudo, que a instituição estatal não tenha certa autonomia relativa em relação ao modo de produção e, portanto, aos agentes sociais diretamente envolvidos com o processo produtivo. Tal autonomia relativa expressa na verdade os interesses da classe social que o constitui: a burocracia estatal.

2

O modo de produção capitalista conta com suas próprias formas de regularização. A instituição estatal sob o capitalismo adquire uma forma capitalista de estado. Isto implica que qualquer estado (socialista, operário, comunista, popular, de esquerda, de direita etc.) que se forme sobre as bases da produção capitalista, independentemente da maneira como se autodenomine, será sempre um estado capitalista.

3

Tal como a história da humanidade já passou por vários modos de produção, também a história da sociedade capitalista já passou por vários regimes de acumulação. Nildo Viana, nos livros *Estado Democracia e Cidadania* e *O capitalismo na Era da Acumulação Integral*, define um regime de acumulação como sendo: uma forma assumida pelo processo de valorização do capital, uma forma assumida pelo estado e

uma forma assumida pelas relações capitalistas internacionais. Isto implica que a cada etapa da produção capitalista, tem-se uma configuração específica entre exploração da força de trabalho, forma estatal, que regulariza tais relações e relações internacionais, visto que desde sua origem, o capitalismo é um modo de produção expansivo. De acordo com Viana, o capitalismo passou por quatro regimes de acumulação: extensivo; intensivo; intensivo-extensivo e integral. A transformação de um regime de acumulação em outro ocorre a partir da articulação fundamental entre dois processos: a) a tendência declinante da taxa de lucro e b) a radicalização das lutas de classes, sendo que ambos se determinam mutuamente, um reforçando o outro.

Assim, temos que, durante o regime de acumulação extensivo, o processo de valorização do capital dava-se prioritariamente através da extração de mais-valia absoluta, ou seja, estendendo-se ao máximo a jornada de trabalho; a forma estatal necessária a este tipo de acumulação era o estado liberal e as relações internacionais fundavam-se no neo-colonialismo. A crise deste regime de acumulação pode ser evidenciada nas crises econômicas das décadas de 1860 e 1870, sendo a Comuna de Paris de 1871 a expressão mais radical das lutas de classes.

Este regime entra em crise nos últimos anos do século 19. Uma nova etapa se estabelece: o regime de acumulação intensivo. Caracterizado fundamentalmente, mas não unicamente, pela extração de mais-valia relativa, sendo o taylorismo sua expressão ideológica mais acabada; a forma estatal adequada a este regime foi o estado liberal-democrático; e as relações internacionais fundadas no imperialismo. As revoluções da segunda década do século 20 – Revolução Russa em sua primeira fase, as revoluções alemã, húngara, italiana etc.

entre 1918 a 1921 demonstram a radicalidade do movimento operário de então e as primeiras resistências a este regime de acumulação.

O fim da segunda guerra mundial engendra um novo regime de acumulação: o intensivo-extensivo. A valorização do capital dava-se a partir da extensão do fordismo a toda a sociedade através da extração de mais valia relativa nos países de capitalismo central e mais valia absoluta nos países de capitalismo subordinado. Isto se dá devido à expansão das multinacionais para vários territórios. A chamada industrialização dos países do que no período era chamado de terceiro mundo. A combinação deste tipo de exploração internacional, o oligopolismo transnacional, caracterizado pela extração de mais-valia nos países subordinados e sua exportação para os países imperialistas. Este tipo de relação internacional permitiu que se implantasse nos países imperialistas um estado de bem-estar-social. Esta sendo, portanto, a forma estatal deste regime de acumulação. A crise econômica mundial dos anos de 1970, bem como as lutas operárias e estudantis do período, tais como o maio de 68 francês e alemão, as a revolução dos cravos em Portugal, a primavera de Praga etc. são exemplos de radicalização internacional das lutas de classes.

A crise deste regime de acumulação engendra a fase atual do capitalismo: o regime de acumulação integral. Caracterizado por um aumento em escala mundial da extração de mais valia absoluta e relativa tanto nos países de capitalismo avançado quanto nos países de capitalismo subordinado, sendo o toyotismo sua ideologia principal. A forma estatal necessária a esta acumulação é o estado neo-liberal. As relações internacionais que se estabelecem são um aprofundamento do oligopolismo transnacional articulado com políticas internacionais neo-imperialistas por parte dos estados dos países capitalistas centrais. As crises econômicas e sociais na Argentina no final da década de 1990 e início do século 21, as lutas de classe no

Chile e México nos anos 2000, também neste período, as lutas sociais das periferias de Paris em 2005, as lutas de classe na Grécia nos dias que correm etc. só demonstram que este regime de acumulação já encontra certas resistências que o levarão a se transformar em uma nova etapa da acumulação capitalista ou ao fim mesmo do capitalismo. Novamente a expressão: Autogestão Social ou Barbárie se coloca como uma alternativa histórica.

4

A evolução do capitalismo configura a cada etapa de seu processo histórico um tipo particular de relação entre estado e sociedade civil. A transformação nos regimes de acumulação é, portanto, uma transformação nas formas como o estado se estrutura. É, desta forma, uma maneira como a instituição estatal se relaciona com o conjunto da sociedade civil. A democracia assumiu, no capitalismo, três formas históricas básicas. Desconsiderando as diferenças nacionais, tem-se que: a) a primeira forma que se apresentou a democracia burguesa é a democracia censitária ou liberal; b) a segunda é a democracia partidária liberal; c) e a terceira é a partidária burocrática. Uma descrição e análise destas formas pode ser encontrada no texto de Nildo Viana: *Estado, Democracia e Cidadania*. Não intento fazer aqui uma descrição de cada uma delas, quero tão-somente demonstrar como elas estão relacionadas com o processo global de constituição dos regimes de acumulação. Arthur Rosenberg, em seu livro: *Democracia e Socialismo*, demonstra como a idéia de democracia variou no século 19 e primeiras décadas do século 20 e como a relação entre ela e a idéia de socialismo também se transformou ao longo deste período. Ou seja, por mais que se diga que a democracia é um valor universal, ela é na verdade uma construção historicamente determinada.

Se Rosenberg identifica três ou quatro maneiras diferentes de socialismo e democracia se relacionarem no período de

alguns decênios, Viana demonstra como as mudanças nos regimes de acumulação alteram as ideologias e as práticas da democracia. Os mecanismos institucionais do capitalismo acompanham e determinam o processo global da acumulação de capital. As formas de democracia são tão somente formas adequadas a cada momento da acumulação capitalista. Lutar por mais ou por menos democracia é, portanto, lutar por uma ou outra forma de regime político adequado à acumulação de capital.

5

A democracia ou a ditadura são duas alternativas possíveis de regime político para o estado capitalista. Em momentos de ditadura aberta, deliberada, a participação restrita das classes populares nos rumos da instituição estatal é completamente vetada, participando somente o bloco dominante na política institucional. Em momentos de democracia, ou seja, de ditadura oculta, expressão cunhada por Viana, há uma certa permissividade por parte das classes dominantes (burocracia e burguesia) de participação restrita das classes trabalhadoras na política estatal (direito de voto, reconhecimento das organizações dos trabalhadores, direito de associação etc.). Entre democracia e ditadura, a rigor, só há uma diferença: na primeira, há a possibilidade de participação restrita da população nos rumos da política estatal. Na segunda, tal participação não é permitida, ficando somente as classes dominantes responsáveis pelo direcionamento da política estatal.

6

A democracia burguesa em suas diferentes formas históricas tem como elemento comum a ideologia da representação. Tal ideologia fundamenta-se no princípio geral segundo o qual os grupos, classes, indivíduos etc. devem transferir para outrem (seguintes da burocracia estatal) sua capacidade de ação política. O sufrágio, seja o censitário ou o universal, tem como elemento comum este princípio.

Afora as várias questões que os diferenciam e os separam, a ideologia da representação os unifica como um princípio fundamental da ideologia burguesa da democracia.

7

Ser representado é ser governado e ser governado, como diria Proudhon, no seu clássico *A Propriedade é um Roubo*, é:

“ (...) estar vigiado, inspecionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, controlado, doutrinado, estimado, apreciado, censurado, comandado por criaturas que não tem nem o direito ou virtude para tal... Ser governado significa que a cada movimento, operação ou transação, a pessoa seja observada, registrada, fichada num censo, taxada, selada, remarcada em termos de preços, anistiada, patenteada, licenciada, autorizada, recomendada, admoestada, proibida, reformada, retificada, corrigida. Governo significa estar sujeito a tributos, ser treinado, resgatado, explorado, monopolizado, exortado, pressionado, mistificado, roubado, em nome do bem público e geral. E quando há o primeiro sinal de resistência ou questionamento, a pessoa é reprimida, multada, deportada, sacrificada, vendida, traída, e para encerrar isso é também ridicularizada, achincalhada, injuriada e desonrada. É isso que é o governo, esta é a sua justiça e sua moralidade!”

8

A sociedade capitalista é fracionada em várias classes sociais. As classes fundamentais que estruturam o modo de produção são a burguesia e o proletariado. O cerne do processo produtivo se desenvolve a partir do conflito entre ambas. O capital é, portanto, uma relação social na qual burguesia e proletariado conflitam no processo produtivo. Daí deriva o mais-valor, a acumulação de capital etc. Entretanto, seria uma simplificação grosseira considerar que a sociedade capitalista seja constituída somente por estas classes. O processo de complexificação da divisão social do trabalho aprofunda a divisão de classes.

À medida que se desenvolve o capitalismo, como modo de produção material da vida, desenvolve-se na mesma medida o conjunto de classes sociais que o compõem. Uma classe adquire um papel relevante: a burocracia. A burocracia, como classe social, é uma classe auxiliar da burguesia no processo de espoliação do proletariado e demais camadas oprimidas. Ela é inerente ao capitalismo. Todas as organizações burocráticas da sociedade moderna apresentam como conteúdo a classe social burocrática.

Assim, à medida que se expande a acumulação de capital, ou seja, que o processo de centralização e concentração de capitais se desenvolve, que o grande capital se expande etc., mais se fortalece a burocracia como classe social. A burocracia aspira ser classe dominante, mas nos termos da produção capitalista, ela consegue tão-somente ser classe auxiliar da burguesia no processo de produção social. Isto implica que ela é uma classe essencialmente conservadora. Seu ser de classe é ser direção, ser dirigente, seus objetivos históricos são o estabelecimento de um modo de produção burocrático, tal como se esboçou na União Soviética, Leste Europeu, China etc.

Em que pese a burocracia seja uma classe social coesa em termos de compromissos e objetivos históricos, ela é contudo, no capitalismo, uma classe fracionada. Isto implica que há estratos que se aproximam em modo de vida, valores, rendimentos, posição social, status etc. da burguesia e estratos que se aproximam do proletariado. Nos estratos superiores da burocracia podemos encontrar altos funcionários de empresas capitalistas (executivos), altos funcionários estatais (magistrados etc.), alta cúpula dos governos, alta cúpula dos partidos políticos burgueses etc. Como representantes dos estratos inferiores temos os partidos ditos operários, lideranças sindicais, estratos imediatamente superiores aos trabalhadores dentro das empresas capitalistas etc.

Em resumo, a burocracia, como classe social, assume várias formas: burocracia estatal, a mais numerosa e poderosa, burocracia empresarial, burocracia partidária, sindical etc.

A democracia, como forma de regime político conseguiu tão-somente fortalecer a burocracia partidária. Tanto os partidos políticos burgueses, quanto social-democratas, bolcheviques e outros são beneficiados pelo sistema democrático, visto que são regularizados, regulamentados pelo estado. Assim, o sistema democrático, ao contrário de fortalecer a autonomia operária e das demais camadas oprimidas, tão-somente intensifica o crescimento quantitativo e qualitativo da burocracia, notadamente a partidária. A democracia é, portanto, contrária aos interesses de classe do proletariado e demais camadas oprimidas da sociedade. Não estou aqui, naturalmente, defendendo a ditadura como alternativa à democracia. Só estou afirmando que ambas são contrárias à emancipação humana.

9

A democracia como regime político exige o sistema eleitoral como regras do jogo. O sistema eleitoral é um conjunto de regras, leis, normas etc. criadas e impostas pela instituição estatal com intuito de regulamentar a democracia. Disto deriva que a ação dentro do sistema eleitoral deve sempre respeitar as regras impostas e compostas pelo estado. A tese social-democrática, portanto, de se chegar ao socialismo via parlamento é completamente despropositada. Visto que ela reafirma as relações de classe, fortalecendo a burocracia como classe social. Igualmente, a estratégia bolchevique de se utilizar o parlamento como tribuna revolucionária, como espaço de propaganda é completamente enganosa.

Em primeiro lugar, no parlamento encontram-se somente as frações da classe dominante. Qual o sentido de se fazer propaganda revolucionária para as classes dominantes? Em segundo lugar, para se chegar ao parlamento, é necessário obedecer e se adequar ao sistema eleitoral. Ao

proceder assim, os partidos que se dizem operários devem respeitar, como forma de ação política, as regras impostas pelo estado capitalista. Isto implica que daí não sairá nenhuma prática ou ação revolucionária. Em terceiro lugar, ao se entrar no sistema eleitoral, fortalece-o na mesma medida. Se o objetivo de toda e qualquer prática revolucionária é eliminar a exploração e tudo o que deriva daí, tal como a instituição estatal, vê-se que a participação no sistema eleitoral é antagônica a este objetivo. O estado capitalista democrático exige o sistema eleitoral.

Participar do sistema eleitoral, mesmo que seja para “criticá-lo”, é fortalecer e justificar o estado capitalista e seu sistema de legitimação: a democracia. Em quarto lugar, é um completo contra-senso afirmar que se faz propaganda revolucionária reproduzindo práticas burguesas e burocráticas. Como imaginar que uma prática eleitoral faz o proletariado avançar, pela via da propaganda, sua consciência, se ela reafirma as práticas políticas da burguesia? Isto é equivalente a plantar trigo esperando colher milho.

10

Votar no candidato X ou Y é completamente indiferente para o proletariado no que diz respeito a seus objetivos históricos. Nos países onde o voto não é obrigatório, a abstenção é uma forma de demonstrar que a via eleitoral é contra-revolucionária. Nos países onde o voto é obrigatório (outro contra-senso, como pode o exercício da democracia ser obrigatório?), o voto nulo é a alternativa para quem quer demonstrar seu descrédito a esta forma de ação política.

Há inúmeras razões que levam um indivíduo a ser abstencionista ou votar nulo. Ele o pode fazer simplesmente por que não vê nos candidatos em questão uma boa opção. Assim, votar nulo seria uma questão de falta de opção em quem votar. Não há aqui uma crítica ao sistema eleitoral, à democracia e ao estado. Ele pode votar nulo ou se abster por considerar que é indiferente

se o candidato X ou Y ganhar. Aqui já se percebe uma certa rejeição do sistema eleitoral, mas que não é, todavia, acompanhada de uma alternativa. Uma terceira forma é a que defende a abstenção ou voto nulo partindo de uma perspectiva revolucionária. Vota-se nulo ou se abstém por que o estado e seu sistema eleitoral são recusados como estratégia de luta e ação política, afirmando-se na mesma medida outras práticas de ação política pautadas na autonomia, independência e ação direta do proletariado e demais classes e camadas oprimidas da sociedade.

11

Numa perspectiva autogestionária, o voto nulo nunca é um fim em si mesmo. Ele é sempre um meio articulado a um fim mais amplo que é a autogestão social. Isto quer dizer que vota-se nulo não por que o voto nulo terá um significado maior ou menor nas urnas. Isto é indiferente. O que é fundamental mesmo é que a divulgação da proposta de voto nulo deve ser acompanhada de um conjunto de outras alternativas de ação política. Em períodos eleitorais, a população se preocupa mais com as questões políticas, fala mais de política. Por isto, quando discussões sobre voto nulo aparecem nos períodos de eleições, a disseminação de idéias autogestionárias pode ser impulsionada. Assim, quando um indivíduo, coletivo revolucionário etc. fazem campanha pelo voto nulo, esta deve ser acompanhada de outros elementos que vão além. Propostas de auto-organização, autogestão das lutas etc. devem sempre acompanhar a proposta de votar nulo.

Numa perspectiva autogestionária, o voto nulo ou a abstenção são tão-somente uma estratégia para: a) questionar o sistema eleitoral; b) criticar o estado e a ideologia da representação; c) apresentar as propostas de auto-organização como alternativa ao parlamentarismo; d) discutir a idéia de autogestão das lutas como alternativa às organizações burocráticas (partidos, sindicatos, movimentos sociais

burocratizados etc.) e) divulgar as idéias e autores que defendem a autogestão social etc.

A via parlamentar como estratégia de luta das classes exploradas é uma completa ficção. Somente a ação direta via organizações de base (organizações por local de trabalho, moradia, estudo etc.) pode levar a uma prática efetivamente radical. Assim, qualquer estratégia que fortaleça de uma ou outra forma o estado e sua legitimação contemporânea, a democracia, deve ser totalmente rejeitada. Por isto, nos quadros de uma democracia, a única estratégia realmente radical perante o parlamento é a abstenção ou o voto nulo.

12

A revolução significa necessariamente a aniquilação da democracia. A autogestão social como conteúdo do modo de produção comunista necessariamente exclui a democracia. Democracia e autogestão são, portanto, antípodas. Uma é inversamente proporcional à outra. À medida que avança a democracia, a autogestão recua. À medida que avançam as lutas autogestionárias, recua a democracia, visto que esta é uma função direta do estado e aquelas são a negação deste. Só teremos comprovado o fim das relações de classe, portanto da exploração, quando o estado capitalista e suas formas de regime político (democracia e/ou ditadura) tiverem sido eliminados.

* Geógrafo. Professor do IFG – Campus Anápolis. Militante do Movimento Autogestionário. E-mail: maiaslucas@yahoo.com.br

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BURGUESA, VOTO NULO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Edmilson Marques*

O objetivo deste texto é discutir a relação entre a democracia representativa burguesa, voto nulo e transformação social. Primeiramente discutiremos a questão do voto - já que este é, na sua expressão jurídica, o elemento central da democracia burguesa - e a possibilidade deste ser um meio de proporcionar mudanças na sociedade; analisaremos que mudanças são estas que podem ser provocadas através do voto; posteriormente expressaremos o que entendemos por transformação social, e finalizaremos com a análise da relação entre democracia representativa burguesa, voto nulo e transformação social.

O voto como meio de expressão da democracia burguesa surge com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante. A necessidade do capitalismo em criar mecanismos para amortecer as lutas de classes entre burguesia e proletariado leva a burguesia a buscar no estado o auxílio para esta tarefa. O estado no capitalismo, por sua vez, assume um caráter burguês, capitalista, sendo compreendido aqui como “uma relação de dominação de classe (no qual a burguesia domina as demais classes sociais) mediada pela burocracia para manter e reproduzir as relações de produção capitalistas” (Viana, 2003a, p. 31). Aqueles indivíduos que integram o estado capitalista formam uma classe, a burocracia estatal, cujo objetivo principal é auxiliar a burguesia no amortecimento das lutas de classes; criar as condições para a reprodução ampliada do capital e impedir que a luta entre classes exploradas e burguesia se torne uma luta aberta e direta. O controle e o dirigismo tornam-se a sua ação fundamental.

Em troca os capitalistas cedem parte de seus lucros para a burocracia estatal em forma de impostos. Nesse sentido, os rendimentos daqueles que estão no poder do

estado, advém da exploração que o capitalista exerce sobre os trabalhadores. A relação de exploração existente no modo de produção capitalista provoca o descontentamento do proletariado, classe explorada pela burguesia. Esse descontentamento extrapola o chão das fábricas e passa a ser expresso em todas as partes da sociedade, associando-se ao descontentamento de outras classes exploradas, ocorrendo assim, uma generalização do descontentamento social.

Diante desta situação de descontentamento, as classes exploradas iniciam o processo de auto-organização, é quando criam organizações que expressam seus próprios interesses. Ao surgirem, essas organizações se deparam com as instituições burguesas e assim, passam a estabelecer novas lutas.

O estado se impõe diante destas organizações e cria a ideia de representação política, a qual só poderá ocorrer através do próprio estado. Um conjunto de leis é criado para controlar estas organizações e legitimar a ação estatal e a partir daí qualquer organização que pretenda uma participação nas decisões sociais devem se submeter às leis do Estado. Surgem os partidos políticos. Estes, por sua vez, “são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existente” (Viana, 2003b, p. 12). Inicia-se assim o processo de divulgação ampliada da ideia da representação política. Com isso, o estado impõe suas leis e a partir daí a participação popular é resumida à escolha deste ou daquele representante que integrado a um partido político o representará nas decisões sociais.